

CIACLEI LUCA ALEXANDRE

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO
EM REVISTAS NACIONAIS CONSTANTES NO PORTAL DA CAPES**

**FLORIANÓPOLIS - SC
2010**

CIACLEI LUCA ALEXANDRE

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO
EM REVISTAS NACIONAIS CONSTANTES NO PORTAL DA CAPES**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Joisse Antônio Lorandi, Dr.

**FLORIANÓPOLIS – SC
2010**

CIACLEI LUCA ALEXANDRE

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO EM
REVISTAS NACIONAIS CONSTANTES NO PORTAL DA CAPES

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 03 de dezembro de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor Joisé Antônio Lorandi, Dr.
Orientador

Professor Altair Borgert, Dr.
Membro

Professor Erves Ducati, MSc.
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a oportunidade de viver, porque sem a vontade Dele nada podemos fazer.

Agradeço a minha mãe Elizete Luca Alexandre, e ao meu pai Pedro Paulo Alexandre, que sempre foram motivo de orgulho, para mim, e por sempre terem acreditado nos meus sonhos.

Também agradeço a minha tia Simone Luca Bressiani por seus sábios conselhos acerca da Ciência Contábil.

Não poderia deixar de agradecer ao meu irmão e amigo Paulo Diniz Alexandre, que sempre esteve perto nos momentos difíceis.

Agradeço, em especial, ao meu orientador Dr. Joisse Antônio Lorandi, por sua paciência e compreensão durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que fazem parte da Universidade Federal de Santa Catarina e, especialmente, a todos os docentes que me auxiliaram no aprendizado da Ciência Contábil.

*“Você vê coisas e diz: Por que?
Mas eu sonho coisas que nunca
existiram e digo: Por que não?”
(George Bernard Shaw)*

RESUMO

ALEXANDRE, Ciaclei Luca. **Demonstração do valor adicionado: um estudo bibliográfico nas revistas nacionais constantes no portal da CAPES.** 2010. 54 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

A Demonstração do Valor Adicionado teve sua origem no Balanço Social, e sua divulgação era apenas voluntária, no entanto, com a convergência das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais a legislação brasileira contábil sofreu alterações. A Lei 11.638/07 introduziu, às empresas brasileiras de capital aberto, a obrigação de publicarem a DVA. Este trabalho tem como objetivo identificar o perfil dos artigos publicados em revistas nacionais, que se encontravam disponibilizados, nos *sites* de cada revista, para consulta pública, no período de setembro e outubro de 2010, que tiveram como foco de pesquisa a DVA. As revistas foram localizadas no *site* da CAPES. Oito periódicos foram analisados, e vinte e dois artigos encontrados, no entanto apenas quatorze trabalharam com foco na DVA e serviram como população da pesquisa. A metodologia da pesquisa quanto aos objetivos ficou caracterizada como descritiva. Para a obtenção dos dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A abordagem do problema se caracterizou como qualitativa e quantitativa. O periódico: Contabilidade Vista e Revista, representou 30% na quantidade total de artigos publicados. Em relação aos resultados obtidos, pode-se destacar que, dos 14 artigos, 10 são de caráter empírico. Seis pesquisas caracterizaram-se por serem predominantemente bibliográficas. O setor que obteve o maior número de pesquisas, em particular, foi o elétrico. As pesquisas abrangeram as DVA's referentes somente até 2007. O ano com maior número de publicações foi 2008. Os autores mais referenciados foram brasileiros, destacando-se: Ariovaldo dos Santos e Márcia Martins Mendes de Luca; o autor estrangeiro com maior referência pelos artigos foi Ahmed Belkaoui. Um resultado recorrente nos artigos, de forma geral, é a superioridade do governo em receber valor adicionado. Foi evidenciado que poucas pesquisas trataram da DVA. Por último, espera-se que este trabalho possa auxiliar futuras pesquisas acerca da DVA.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Metodologia, Perfil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Modelo da Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral.....	29
Quadro 2 Artigos e Revistas utilizadas na pesquisa.	33
Quadro 3 Tipos de Pesquisa Quanto aos Procedimentos Metodológicos.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Tipologias de pesquisa quanto aos procedimentos.	37
Tabela 2 Quantidade de parceiros por artigo.	40
Tabela 3 Quantidade de artigos por autor.	41
Tabela 4 Autores mais referenciados nos artigos.	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Participação das revistas na quantidade de artigos.....	34
Gráfico 2 Quantidade de pesquisa teórica e prática encontradas.....	35
Gráfico 3 Quantidade de trabalhos qualitativos e quantitativos.	38
Gráfico 4 Quantidade de setores das empresas pesquisadas nos artigos.	39
Gráfico 5 Número de professores e alunos constante nas publicações.....	42
Gráfico 6 Nível de pesquisador dos autores quando da publicação dos artigos.	43
Gráfico 7 Quantidade de artigos publicados por ano.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BS	Balanco Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FACE/UFMG	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PIB	Produto Interno Bruto
PPGCC/FURB	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau
REPEC	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivos Gerais	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 METODOLOGIA.....	16
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 HISTÓRICO DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES DA CIÊNCIA CONTÁBIL...	19
2.2 BALANÇO SOCIAL.....	22
2.3 VALOR ADICIONADO	24
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	27
2.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76.....	30
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	31
3.1 APRESENTAÇÃO DAS REVISTAS.....	31
3.2 IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE PESQUISA.....	34
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUANTO À COLETA DE DADOS.....	36
3.4 TIPOS DE PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	38
3.5 RELAÇÃO DOS SETORES DAS EMPRESAS QUE FORAM PESQUISADAS.....	39
3.6 NÚMERO DE AUTORES POR ARTIGO	40
3.7 QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR AUTOR.....	41
3.8 HIERARQUIA DO CONHECIMENTO DOS AUTORES	42
3.9 POSTO DOS AUTORES NO QUE CONCERNE AO GRAU DE PESQUISADOR.....	43
3.10 PERÍODO DAS PESQUISAS E DAS SUAS PUBLICAÇÕES.....	44
3.11 AUTORES MAIS REFERENCIADOS	45
3.12 PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS NO CONTEÚDO DOS ARTIGOS..	47
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, que é considerada uma ciência social aplicada, está em constante evolução e aperfeiçoamento para poder atender às necessidades de informações que os usuários da informação contábil constantemente exigem. À medida que as necessidades de informações exigidas pelos usuários se alteram, a contabilidade como ciência dinâmica, e que acompanha as tendências da sociedade, sofre modificações a fim de melhor atender a estas novas demandas. A sociedade está cada vez mais preocupada com a sustentabilidade do planeta, principalmente no que se refere aos recursos naturais que a cada ano que passa se encontram mais escassos, faz surgir necessidades de informações de caráter social e ambiental, referentes aos recursos naturais do planeta, e também no desenvolvimento econômico, no que concerne ao aumento da produção e a distribuição do valor que a empresa gera, principalmente, entre os colaboradores e o governo.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que originariamente é um dos componentes do Balanço Social (BS), é um demonstrativo que evidencia a riqueza gerada pela entidade e a sua forma de distribuição entre o governo, os colaboradores, os financiadores de capital externo, os sócios e acionistas e a parcela que é retida para aplicação na própria empresa. A DVA tem uma conotação de evidenciar o que a empresa agrega de valor ao seu produto, e demonstrar a destinação da riqueza gerada pela empresa, nesta destinação demonstra os parceiros da empresa que auxiliaram na produção de sua riqueza.

Este trabalho analisou todos os artigos publicados por revistas contábeis nacionais, identificadas no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicados até o mês de outubro de 2010, que estavam dispostos para consulta pública em seus respectivos *sites*, visando identificar o perfil dos artigos, e dos autores destes artigos, que se referem a DVA.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Nesse cenário de novas exigências de informações por parte da sociedade, e das entidades de atenderem esta demanda, afim de não perderem consumidores e se manterem competitivas, surge o Balanço Social, que segundo Torres e Mansur (2008, p.24) é o

instrumento que possibilita apresentar “à sociedade informações sobre seus investimentos internos e externos em ações, iniciativas e projetos relacionados com o social e o ambiental”. Desta forma o balanço social dá condições para que seja efetivada a transparência dos atos das empresas, como por exemplo, as ações da empresa que promovam melhor relacionamento entre produção e consumo, o perfil dos colaboradores, se são maioria brancos, se as mulheres têm participação vultuosa, se negros têm participação significativa nas decisões gerenciais da entidade.

Ainda de acordo com Torres e Mansur (2008) este novo tipo de balanço começou a interessar as empresas a partir de 1970, principalmente na Europa, mais especificamente na França, Inglaterra e Alemanha. No Brasil, a preocupação de divulgação de dados sociais já era percebida no final da década de 1970, mas, somente no início dos anos 1990 é que as organizações começaram a demonstrar verdadeiro interesse na elaboração, publicação e divulgação deste tipo de relatório.

Inicialmente o balanço social não possuía um modelo fixo, o que é normal quando surge um relatório novo, no entanto, Torres e Mansur (2008) afirmam que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e outros órgãos e universidades, vêm recomendando a publicação do balanço social de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), de tal forma que este é hoje o modelo mais utilizado pelas empresas.

Este modelo, de publicação de dados sociais, passou por algumas alterações desde a sua criação. Na segunda alteração, em 2002, foi incluído, dentre outros itens, o valor adicionado e a sua distribuição.

Conforme o exposto, é visualizada a evolução do balanço social juntamente com a necessidade de informações econômicas e sociais. Parafraseando Reis, Marion e Iudícibus (2008), no Brasil, o projeto de lei nº. 3.741/00, que após sete anos de sua propositura, foi convertido na lei 11.638/07, criou a obrigação para as empresas de capital aberto de divulgarem novas demonstrações financeiras, dentre elas a DVA.

Vale mencionar que a DVA, antes da exigência legislativa, tinha sua publicação incentivada em conjunto com as notas explicativas. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 453) afirmam que as notas explicativas “são informações complementares às demonstrações contábeis, representando parte integrante das mesmas”. Os mesmos autores ainda afirmam que as notas explicativas podem conter outras demonstrações contábeis que podem ser enquadradas como informações complementares, desde que tenham como finalidade o esclarecimento de algumas práticas pela organização, e citam como exemplo: a DVA, a

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e demonstrações contábeis em moeda constante. A DVA é obrigatória para as empresas de capital aberto, de acordo com a lei nº 11.638/07, no entanto, as demais empresas podem elaborar e publicar a DVA como demonstração complementar, a fim de estabelecer maior transparência nos seus valores distribuídos, assim como proporcionar melhores informações a um número maior de usuários da informação contábil.

Portanto, em vista da crescente demanda da sociedade por informações de cunho social, e do próprio papel da empresa que está inserida na sociedade e em decorrência da obrigatoriedade que surgiu com força de lei na elaboração e divulgação do valor adicionado e sua forma de distribuição, torna-se relevante um estudo em que se conheçam quais os perfis dos artigos publicados até outubro de 2010, para que sejam elaboradas melhores pesquisas, estudos, trabalhos, que se voltem para compreender, analisar e identificar mudanças capazes de aperfeiçoarem a DVA. Assim sendo, o questionamento a ser respondido por esta pesquisa é: qual o perfil dos artigos publicados, que integram as revistas pesquisadas, no que concerne à Demonstração do Valor Adicionado?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivos Gerais

O objetivo geral é descrever o perfil das publicações sobre a Demonstração do Valor Adicionado constantes nos periódicos da área contábil, disponibilizados no banco de dados da CAPES.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Selecionar periódicos nacionais no portal da CAPES que disponibilizam seus artigos ao acesso público por meio da internet;

- Identificar, nos periódicos selecionados, artigos que trabalharam com foco na DVA, que foram publicados até outubro de 2010 nos *sites* de cada periódico; e
- Evidenciar o perfil dos artigos, e dos respectivos autores, com o uso da pesquisa bibliométrica.

1.3 JUSTIFICATIVA

As novas exigências da legislação brasileira para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, que está convergindo às normas internacionais de contabilidade, com auxílio da lei nº. 11.638/07, além da necessidade de maiores informações sobre as práticas sócio-econômicas de cada entidade, principalmente das entidades de capital aberto, e da quantidade de pesquisas que tendem a crescer acerca da DVA, visando identificar as características e os principais resultados encontrados nas pesquisas feitas acerca desta demonstração.

Algumas peculiaridades fazem parte da DVA que, diferentemente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que evidencia o lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas, evidencia a forma como a riqueza é gerada e a sua distribuição entre os agentes que contribuíram para sua formação, como: governo, pessoal e encargos, capital de terceiros, e sócios e acionistas, além da parcela retida para reinvestimento, assim sendo, esta demonstração tem objetivos sociais e contábeis, além do estreitamento entre empresa e o ambiente em que ela está inserida. Observando que a DVA é um elo entre a empresa e os usuários que não estão satisfeitos apenas com a informação de quanto de lucro a empresa paga aos seus sócios ou acionistas, este trabalho monográfico pretende contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de futuras pesquisas acerca deste demonstrativo e concomitantemente da ciência contábil, para que cada vez mais, os artigos publicados com foco na DVA evoluam e auxiliem na transparência dos atos das empresas.

1.4 METODOLOGIA

O homem, por sua natureza, sempre buscou evoluir e aperfeiçoar tudo aquilo que faz. Desta forma, para evoluir é necessário ter conhecimento, que para Barros e Lehfeld (2007, p.36) “ele existe quando a pessoa ultrapassa o ‘dado’ vivido, explicando-o”. O conhecimento pode ser dividido em quatro tipos: popular, filosófico, religioso e científico. Concentra-se nesta pesquisa este último tipo de conhecimento, que para Lakatos e Marconi (2007, p.20):

Constitui um conhecimento **contingente**, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experimentação e não apenas pela razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É **sistêmico**, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da **verificabilidade**, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento **falível**, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final, por esse motivo, é **aproximadamente exato**: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente.

No sentido de desenvolver as ciências e entender melhor o ambiente em que o homem está inserido, são feitas pesquisas, que para Gil (2010) são procedimentos com o objetivo de encontrar soluções para os problemas propostos. De acordo com o mesmo autor (2010, p.01) a pesquisa se faz necessária “quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema” ou quando a informação que está em disposição está em tal desordem que não pode se relacionar com o problema.

Desta forma, para identificar as características dos artigos publicados referentes à Demonstração do Valor Adicionado, nas revistas abrangidas neste estudo, este trabalho se vale de pesquisa monográfica, que para Beuren (2008, p.40) “é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática”. Já para Cruz e Ribeiro (2003, p.37) monografia é “um estudo por escrito de um só tema, bem delimitado”.

Este trabalho monográfico enquadra-se, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (1999 apud Beuren 2008, p.81):

a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Já Andrade (2004) explica que um trabalho é descritivo porque visa apenas analisar e interpretar os dados, não sendo feita nenhuma interferência nos acontecimentos por conta do pesquisador. Como o trabalho proposto pretende apenas analisar, identificar e observar o que foi publicado até outubro de 2010, referente à Demonstração do Valor Adicionado, fica enquadrado como uma pesquisa descritiva.

No que tange aos dados coletados, o presente trabalho abrange uma população ou universo. Beuren (2008, p.118) ensina que “população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”.

Como foi utilizado material disponibilizado na internet e trata-se de material já publicado, quanto à obtenção dos dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica que para Gil (2010, p.29):

é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Quanto à abordagem ao problema, foi utilizada a pesquisa qualitativa e quantitativa. Aquela se justifica pela análise dos principais resultados encontrados nos artigos. Richardson e Peres (2008, p.89) ensinam que “Na análise da informação, as técnicas qualitativas permitem verificar os resultados dos questionários e ampliar as relações descobertas”. Já o método quantitativo foi utilizado principalmente em porcentagens das quantidades encontradas nos artigos, referentes aos itens que serão evidenciados. Richardson e Peres (2008) explicam que o método quantitativo se caracteriza pelo uso de técnicas estatísticas, citando como exemplos: percentual, média e desvio-padrão.

No que tange a delimitação, as revistas foram encontradas no *site* da CAPES, no endereço eletrônico <http://www.capes.gov.br/>, clicando-se no link “Avaliação” e após “Qualis”, e sendo realizada uma busca no “WebQualis” por título do periódico, tais títulos foram pesquisados com as palavras: contabilidade, contábil, contexto e abcustos. Foram encontrados 28 (vinte e oito) periódicos referentes à contabilidade. No entanto a pesquisa se limitou às revistas nacionais que mantinham *site* funcionando, com conteúdo aberto a todos os

usuários, assinantes da revista ou não, com artigos plenamente disponíveis, e que estes possuíssem como foco de pesquisa a DVA. Restaram apenas 8 (oito) periódicos.

Desta maneira a pesquisa investigou 8 (oito) periódicos contábeis, nestas, as palavras pesquisadas, no respectivo *site* de cada uma, foram: DVA, Demonstração do Valor Adicionado e valor adicionado. Descobrimo-se assim 22 (vinte e dois) artigos, mas como alguns artigos não tratavam da DVA como foco da pesquisa ou a utilizavam apenas de maneira superficial, sendo que o foco do trabalho de tais artigos era outro, optou-se pela exclusão destes artigos, portanto os artigos que fizeram parte deste trabalho foram os que tratavam da DVA como foco de pesquisa e foram totalizados em 14 (quatorze).

A pesquisa foi realizada entre setembro e outubro de 2010 e investigou todos os artigos, que estudaram a DVA, publicados por cada periódico até outubro de 2010.

Este trabalho ficou limitado às revistas: ABCustos; Contabilidade e Finanças; ConTexto; Universo Contábil; Contabilidade Vista e Revista; Enfoque: Reflexão Contábil; e Revista de Informação Contábil. A Revista Brasileira de Contabilidade, as revistas dos Conselhos Regionais de Contabilidade e outras revistas contábeis não fizeram parte deste estudo porque elas não estão abertas ao acesso público, ou são veiculadas apenas no modo impresso, e este tipo de revista não fez parte deste trabalho.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Almejando esclarecer a forma como este trabalho monográfico atingiu seus objetivos, o presente trabalho foi elaborado em quatro capítulos. O primeiro capítulo situou o leitor em relação ao tema em questão, ao problema a ser resolvido, aos objetivos, gerais e específicos, à justificativa, à metodologia empregada e também em relação à organização do estudo.

Já o segundo capítulo diz respeito à fundamentação teórica, verificando-se, em especial a DVA e o Balanço Social visando esclarecer estes demonstrativos de cunho social.

Depois, no terceiro capítulo, foi realizada a análise dos artigos publicados em revistas que fazem parte da população, identificando as características encontradas durante a realização do trabalho.

O quarto capítulo abordou as conclusões do presente trabalho e as recomendações para trabalhos futuros com foco na Demonstração do Valor Adicionado.

Por último são evidenciadas as referências utilizadas na elaboração deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade de dar sustentação teórica sobre o foco desta pesquisa, foi evidenciada o que alguns autores escreveram sobre este demonstrativo e o que a lei vigente estabelece para o mesmo. Para elucidar a evolução dos demonstrativos contábeis, foi realizado um breve histórico dos mesmos até a chegada da Lei 11.638/07 que alterou as demonstrações obrigatórias, sem esquecer do BS, que teve grande influência sobre a DVA.

2.1 HISTÓRICO DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÕES DA CIÊNCIA CONTÁBIL

Há registro de que o homem primitivo já possuía a necessidade de conhecer o seu patrimônio, mesmo tendo grande dificuldade para fazer tal registro, já que os mesmos eram feitos, por exemplo, em paredes de cavernas, como bem exemplificam Hendriksen e Breda (1999, p. 42):

os agricultores egípcios nas margens do Nilo pagavam aos coletores de tributos com cereais e linhaça pelo uso de água para irrigação. Recibos eram dados aos agricultores desenhando-se figuras de recipientes de cereais nas paredes de suas casas.

Também sobre a contabilidade primitiva Iudícibus (2006, p. 34) afirma que:

o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.

Pelos exemplos dados, o usuário da informação era o próprio possuidor do bem, em outras palavras, o beneficiário dos registros e das informações era apenas uma pessoa. No entanto com o desenvolvimento da humanidade surgiu o comércio impulsionado, basicamente, pelo aperfeiçoamento da vela, o que permitiu que navegações marítimas crescessem (HENDRIKSEN; BREDA,1999). Com a expansão do comércio, Hendriksen e Breda (1999, p. 43) comentam que “a negociação individual ia sendo substituída pelo comércio por meio de representantes e associações”. Essas sociedades reduzem os riscos do

negócio, como é hoje em dia também, e se tornou algo comum na era do descobrimento, em que os empreendimentos precisavam de recursos financeiros e, conseqüentemente, de investidores (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Surge, desta forma, as Empresas de Capital Conjunto, nelas, segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 46) “os indivíduos reuniam-se para financiar um empreendimento, cada um recebendo direitos de participação proporcionais a seus investimentos”, percebe-se similaridade entre estas empresas com as atuais empresas de capital aberto, em que os sócios recebem dividendos de acordo com a quantidade de ações que tem posse.

Para Tinoco e Kraemer (2008, p. 20) os resultados das expedições marítimas eram realizados “pelo confronto entre receitas e gastos de investimentos e das despesas”, os autores ainda comentam que este resultado era apurado por expedição, e os interessados nessas informações eram os sócios ocultos, aqueles que apenas injetavam dinheiro, e os não ocultos, aqueles efetivamente trabalhavam nas expedições e recebiam por seu trabalho.

A revolução industrial fez aumentar o número de interessados na informação contábil. Martins (2006, p. 20) afirma que nesta época “tornou-se mais complexa a função do contador que, para levantamento do balanço e apuração do resultado, não dispunha agora tão facilmente dos dados para poder atribuir valor aos estoques”. Assim sendo, a contabilidade para atender aos usuários internos se aperfeiçoou, para atender a demanda gerencial da empresa.

Portanto a revolução industrial criou uma grande revolução na contabilidade, fazendo surgir novos interessados na informação contábil, como bem argumentam Hendriksen e Breda (1999, p. 47) “As informações financeiras, que tinham sido geradas principalmente para fins de gestão, passaram a ser demandadas cada vez mais por acionistas, investidores, credores e pelo governo”.

A informação de caráter ambiental e social também começou a ser exigida das empresas, principalmente por causa de graves acidentes ambientais, cometidos pelas companhias, como: uma grande concentração de poluentes no ar ocasionou dezenas de mortes e centenas de enfermos na década de 1930, na Bélgica; o enxofre jogado na atmosfera sem tratamento algum, em Londres, 1952, causou grandes problemas de saúde às pessoas; e, um incêndio em Cubatão (SP), na década de 1980, por causa de vazamento de gasolina nos dutos da Petrobrás, (TINOCO; KRAEMER, 2008), auxiliam no entendimento do surgimento, nos dias atuais, de mais interessados nas práticas das empresas, estes estão preocupados, principalmente, com os reflexos da industrialização e o consumo desenfreado que acaba

gerando mais prejuízos do que benefícios para a sociedade. Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p. 18):

O clamor pelo reconhecimento da responsabilidade social, pelas empresas e dos governos, nas décadas de 60 e 70, do século recém-terminado, levou à implantação do Balanço Social, inicialmente na França, em 1977, e se difundiu depois para outros países, especialmente da Europa, tendo aportado no Brasil nos anos 80.

Acerca do que está acontecendo na atualidade, da forma que as empresas estão inseridas na sociedade e as informações produzidas pelas organizações, Santos (2007, p. 18) afirma que:

Numa época em que se tem a globalização como irreversível, a DVA começa a materializar uma forma de visualização de benefícios (ou malefícios) a respeito da participação das empresas no contexto social em que estão inseridas. A isso deve ser adicionada a possibilidade de melhor avaliação do conjunto de empresa de uma sociedade, principalmente no que se refere à capacidade de geração (valor adicionado) e distribuição de riquezas; a soma dos valores adicionados das empresas, calculada através da DVA, representará parte significativa de toda riqueza gerada no país, isto é, constituirá elemento substancial do Produto Interno Bruto (PIB).

Verifica-se que esta disponibilização de informações pelas empresas é algo muito novo, principalmente no Brasil. A transparência por parte das empresas, está sendo feita, basicamente, por dois demonstrativos: o Balanço Social, e a Demonstração do Valor Adicionado, um opcional e o outro obrigatório, para as empresas de capital aberto, respectivamente.

Contudo, os usuários das demonstrações e registros contábeis não são reduzidos a apenas um indivíduo, como na época do homem primitivo, mas sim, todos aqueles que estão conectados com a empresa, sejam financiadores de capital, sócios, governo, trabalhadores e a sociedade onde a empresa está inserida, desta forma, manifestações populares exigiram demonstrações das empresas que evidenciassem as suas práticas, e assim surgiu o balanço social.

2.2 BALANÇO SOCIAL

Com o surgimento da necessidade de prestação de contas das empresas para a sociedade e trabalhadores, iniciou a necessidade de um balanço não apenas financeiro, mas também social. Por volta de 1960 iniciaram movimentos sociais, principalmente na França, Inglaterra e Alemanha, que começaram a exigir das organizações maiores responsabilidades por suas ações que, direta ou indiretamente, afetavam a população (SANTOS, 2007).

Para Cosenza (1992, p. 47) “a existência de responsabilidade social por parte da empresa implica na necessidade desta evidenciar informações aos diferentes grupos sociais, de maneira que esses possam avaliar o desempenho da empresa no cumprimento de suas responsabilidades”.

Na esperança de que as empresas cumpram suas responsabilidades sociais, Santos (2007, p. 22) explica que em 1977, na França, o congresso aprovou uma lei “obrigando todas as empresas e estabelecimentos com mais de 299 empregados a prepararem e divulgarem um documento que foi chamado de Balanço Social”.

No Brasil o balanço social ganhou um grande apoio em Herbert de Souza, o “Betinho”, que foi um dos fundadores do Ibase, órgão este que em 1997 e 1998 lançou um modelo de balanço social e hoje é o mais utilizado pelas empresas (TORRES; MANSUR, 2008). Apesar de grande aceitação popular o balanço social no Brasil não é obrigatório, sendo sua publicação voluntária. No entanto, como as empresas receiam perder mercado, já que ser taxada como irresponsável social, hoje em dia, não é bom para a imagem da entidade, as grandes empresas estão publicando o balanço social para demonstrarem responsabilidade ambiental e social.

Apesar de ser bom a evidenciação voluntária das informações sociais das empresas, como ela não é obrigatória por lei, ela não sofre auditoria, o que pode por em risco a confiabilidade nestes dados. Torres e Mansur (2008, p. 25) explicam que o modelo de balanço social, recomendado pelo Ibase:

não sugere protocolos para levantamento de dados e não exige que as informações apresentadas sejam auditadas. Os auditores desse documento devem ser a sociedade, o cidadão e a cidadã que, direta ou indiretamente, são afetados pela operação da empresa. Neste sentido, a elaboração de forma participativa, a publicação em jornais, revistas e internet e a ampla divulgação entre trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos e organizações

sociais fazem parte da metodologia e são fundamentais para construir e efetivar um controle social sobre as empresas no Brasil.

Alguns autores vêm estudando o neopatrimonialismo, que é um patrimônio relacionado ao social, ao lado humano dos negócios, ele supera o pensar apenas num único indivíduo mas o estende a todos eles, sendo evidenciado, principalmente, com a contabilidade social e com a contabilidade ambiental (SÁ, 2003).

A contabilidade social tem como seu maior representante o balanço social, e este tem seu conceito dado por Tinoco e Kraemer (2008, p. 28) “é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais”.

Assaf Neto (2010, p. 86) conceitua o balanço social “num instrumento que a contabilidade coloca à disposição da sociedade para demonstrar suas relações com a empresa (entidade). De maneira geral, ele descreve de forma ampla a realidade econômica e social de uma entidade, sendo essa passível de avaliação”.

Pelos conceitos dados é possível inferir que o balanço social é uma ferramenta de transparência e estreitamento nas relações entre as empresas e a sociedade onde ela está inserida. Como já exposto, o balanço social, no Brasil, é elaborado por grande parte das empresas que publicam o BS seguindo o modelo sugerido pelo Ibase.

Segundo Torres e Mansur (2008, p. 24):

O objetivo principal de um modelo único de balanço social – de somente uma página – é fazer com que o documento permita comparabilidade e também não perca suas principais características: a simplicidade e o fácil entendimento. O modelo Ibase constitui-se de uma planilha composta prioritariamente por indicadores quantitativos referentes às informações e aos dados sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais. Significa que a organização que adota esse tipo de balanço anual passa a ter, em uma única ferramenta de gestão, um grupo de informações sistematizadas que são divulgadas a seus públicos de interesse e para a sociedade em geral.

A comparabilidade é algo de grande importância quando se fala, principalmente, de demonstrações financeiras. O balanço social contempla informações qualitativas e quantitativas, como exemplo das primeiras se tem a remuneração paga aos empregados, e como exemplo das segundas se tem a segurança no emprego (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Todas as duas formas de informações, qualitativas e quantitativas, podem e devem ser comparadas, com a finalidade de poder estabelecer um padrão para as informações deste

demonstrativo. É importante frisar que o balanço social deve ser algo simples e de fácil entendimento, se ele é elaborado para a sociedade, então todas as pessoas devem entender o demonstrativo, é relevante que não se perca este foco, para que o balanço social não se torne apenas um balanço comercial.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.98) é um instrumento importante para “analisar o desempenho econômico e social das organizações é através do valor econômico que é agregado pelas empresas aos bens e serviços adquiridos de terceiros, valor esse denominado de valor adicionado”. O valor adicionado e a forma como ele é distribuído aos empregados, governo, acionistas, terceiros e o valor que fica retido na empresa é um importante instrumento de comunicação entre a empresa e a sociedade.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2006 apud FOLLMANN; PAIVA; SOARES, 2010, p.4) confirmam que:

o Balanço Social, é estudado em quatro áreas: (1) Balanço Ambiental que observa e descreve a postura da empresa em relação aos recursos naturais do ambiente no qual ela está inserida; (2) Balanço de Recursos Humanos que visa evidenciar a relação da empresa com os seus colaboradores. (3) Demonstração do Valor Adicionado que objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde esta instalada, discriminando o que a empresa agrega de riqueza à economia local, e em seguida, a forma e para qual grupo é distribuí tal riqueza; e (4) os Benefícios e Contribuições à sociedade em Geral, onde se demonstra o que a empresa faz em termos de benefícios sociais.

Das quatro áreas em que o balanço social é estudado, uma delas trata da demonstração do valor adicionado, objeto de estudo deste trabalho. Antes de prosseguir com a fundamentação teórica sobre este demonstrativo, será exposto o conceito de valor adicionado.

2.3 VALOR ADICIONADO

O conceito de valor adicionado segue duas linhas de raciocínio: contábil e econômico. De acordo com o primeiro raciocínio Santos (2007, p. 27) indica que “poder-se-ia afirmar que a medição ou apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais a depreciação”. Agora, para o segundo raciocínio o mesmo autor (2007, p.26-27) ensina que “o valor adicionado de uma

empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação”.

A grande diferença entre os dois conceitos é que o contábil parte das receitas de venda da empresa e o econômico parte da produção da mesma, ou seja, o que a organização produziu e ainda está no estoque também é contado como valor adicionado daquele período, para a contabilidade, o valor adicionado será considerado apenas quando os produtos da empresa forem vendidos, obedecendo, desta forma, o princípio contábil da competência.

De Luca (1998, p.37) corrobora esta idéia quando afirma que “na Ciência Econômica, o conceito de valor adicionado é obtido em função da Produção. Na Ciência Contábil, em geral, utiliza-se o conceito das Vendas para obter-se o valor adicionado (riqueza criada) da empresa”.

Martins *apud* De Luca (1998, p.37) explica que:

os países que estão utilizando essa Demonstração ou a discutem têm algumas divergências. Alguns preferem manter o conceito original e querem a demonstração em função da produção, enquanto outros preferem mais simplesmente que, para efeitos contábeis, se calcule e demonstre o valor adicionado em função das vendas.

No Brasil a DVA é elaborada com base no conceito contábil, ou seja, das vendas ao invés da produção, De Luca (1998, p.37) evidencia alguns dos benefícios da elaboração deste demonstrativo quando se utiliza a apuração do valor adicionado pelo método contábil:

Assim, o valor adicionado fica relacionado com os princípios contábeis utilizados nas demonstrações contábeis tradicionais, mais precisamente na demonstração do resultado. Outra vantagem da utilização do item Vendas é a possibilidade do valor adicionado ser reconciliado com a demonstração do resultado, dando mais credibilidade à Demonstração do Valor Adicionado para seus usuários.

O valor adicionado para Braga e Almeida (2009, p. 31):

significa a riqueza gerada pela companhia, que na prática compreende a receita bruta deduzida dos valores debitados no resultado relativos às riquezas oriundas de terceiros (bens e serviços consumidos), tais como matérias-primas, mercadorias, materiais, serviços etc.

Este autor evidencia que na realidade o valor adicionado utilizado na elaboração da DVA é o que leva em consideração o conceito contábil.

Dolabella (1993, p. 28) conceitua que o “Valor Adicionado corresponde ao valor monetário de sua produção em um período, diminuído do valor monetário dos bens e serviços adquiridos de terceiros, tais como matérias-primas, energia, materiais diversos, etc”. Este

autor conceitua o valor adicionado levando em conta o método econômico, que atualmente é o que calcula o Produto Interno Bruto (PIB).

Yoshioca (1998, p.1-5 apud Santos 2007, p. 29) resume que “o valor adicionado é o valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido (adicionado) ao valor das matérias-primas utilizadas”. Em outras palavras, valor adicionado é o valor do total produzido, quando utilizado o conceito econômico, num dado espaço de tempo, menos todos os serviços ou mercadorias de terceiros, faz-se esta subtração porque os serviços ou mercadorias de terceiros já fizeram parte do valor adicionado de outras empresas, e o objetivo é calcular a valor acrescido por cada entidade, sem duplicidades.

O conceito de valor adicionado é dado por De Luca (1998, p. 32):

o valor adicionada de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre as vendas ou produção e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Este valor será igual, ainda, igual à soma de toda a remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa.

Para o cálculo do PIB ainda, no Brasil, é utilizado o critério de valor adicionado econômico, no entanto ele poderá ser calculado através do conceito contábil, que é considerado superior ao econômico, devido a sua não utilização de valores estimados pelos economistas ele é menos subjetivo (COSENZA, 2003). Santos (2007, p. 34-35) também argumentam sobre a superioridade do conceito contábil:

o critério contábil, na apuração do valor adicionado, poderá ser superior ao econômico. Essa superioridade materializa-se através de práticas contábeis consistentes e da utilização de valores reais. Os valores estimados e reconhecidos na Contabilidade através das provisões sempre, em algum momento futuro, são confrontados e ajustados aos valores reais. A isso deve ser adicionado o fato de os valores da Contabilidade poderem submeter-se a processos permanentes de auditoria.

Com os conceitos dados a respeito do que vem a ser o valor adicionado de uma empresa, tem-se que este valor é aquele que a organização gera num determinado período, partindo-se do valor de vendas e se subtraindo os insumos de terceiros e os valores de depreciação, amortização e exaustão.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A DVA, no Brasil, teve sua inclusão no balanço social, em 2002, quando este demonstrativo, que segue o modelo aplicado pelo Ibase, foi reformulado. A DVA é um componente fundamental que consta no balanço social, (ASSAF NETO, 2010).

Para Dolabella (1993, p. 28) o objetivo principal de DVA é a evidenciação do “valor adicionado criado em um período bem como a forma como este é distribuído entre os grupos participantes da atividade empresarial”.

Braga e Almeida (2009, p. 31) traçam como objetivo deste demonstrativo a apresentação do “montante de valor adicionado pela Sociedade e sua forma de distribuição”. O conceito de valor adicionado pela sociedade para este autor é o valor adicionado já pronto para sua distribuição, ou seja, o valor das vendas líquidas menos os insumos de terceiros e a depreciação, amortização e exaustão.

Santos (2007, p. 37) menciona que este demonstrativo deve ser entendido “como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”.

A respeito do conceito da DVA, Marion (2008, p.69) esclarece que:

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

Portanto a DVA fica dividida em duas grandes partes: a geração de valor e a distribuição desse valor. De modo que, esta demonstração, numa análise horizontal, evidencia se a empresa vem progredindo, durante os anos, em distribuir sua riqueza gerada entre todos os que participaram na sua geração, seja com sua força de trabalho, com a manutenção de um Estado propício a manutenção das empresas, com empréstimos ou aluguéis ou com a compra de ações. Além, de numa análise vertical ser evidenciado qual dos *stakeholders* está obtendo maior êxito na sua participação na companhia entre os demais participantes da distribuição de valor adicionado.

Vale lembrar que a Lei nº 6.404/76 exige que a DVA contenha o valor de riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição entre os fatores de produção, como os empregados, os financiadores, os acionistas e sócios, o governo e também o valor que ficará retido. A DVA

é um instrumento de transparência na relação entre empresa e sociedade, no Brasil ela é obrigatória para as empresas de capital aberto, mas, ela não se tornou obrigatória por determinação do *International Accounting Standards Board (IASB)*, tanto que este órgão apenas incentiva a publicação da DVA, Braga e Almeida (2009, p. 8) comentam o *International Accounting Standard (IAS) 1*, item 10:

particularmente em setores econômicos em que os fatores ambientais são significativos e quando os empregados são considerados um importante grupo de usuários, ou se a administração considerar que ela auxiliará os usuários a tomarem decisões de caráter econômico.

A legislação brasileira evidencia avanço, principalmente, quanto ao respeito aos empregados das grandes empresas, visto que, com a obrigatoriedade de algumas empresas de elaborarem e divulgarem a DVA, os empregados foram reconhecidos como um grupo de usuários importante da informação contábil.

Esta demonstração de cunho social possui vários benefícios, Assaf Neto (2010, p. 87), por exemplo, diz que “um benefício notório dessa demonstração é que pode ser utilizada como forma de avaliação de desempenho e de acompanhamento de agregação do valor para a sociedade, ou seja, o quanto a empresa agregou de valor efetivamente para a sociedade no exercício”.

O mais importante da DVA é a sua distribuição, porque aqui é onde será evidenciado o segmento da sociedade que mais está se beneficiando com a empresa (MARION, 2008).

Com a finalidade de apresentar de forma mais clara a DVA, o **Quadro 1** apresentará o modelo deste demonstrativo, para as empresas em geral, constante na Resolução CFC nº 1.138/08.

Descrição	20X1	20X0
1 Receitas		
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2 Outras receitas		
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão ou (Constituição)		
2 Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos: ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3 Perda / recuperação de valores de ativos		
2.4 Outras (especificar)		
3 Valor adicionado bruto (1 – 2)		
4 Depreciação, amortização e exaustão		
5 Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3 – 4)		
6 Valor adicionado recebido em transferência		
6.1 Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 Receitas financeiras		
6.3 Outras		
7 Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		
8 Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal		
8.1.1 Remuneração direta		
8.1.2 Benefícios		
8.1.3 FGTS		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 Federais		
8.2.2 Estaduais		
8.2.3 Municipais		
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 Juros		
8.3.2 Aluguéis		
8.3.3 Outras		
8.4 Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 Dividendos		
8.4.3 Lucros retidos ou prejuízo do exercício		
8.4.4 Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/consolidação)		

Quadro 1 Modelo da Demonstração do Valor Adicionado para empresas em geral.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no modelo sugerido na Resolução CFC nº 1.138/08.

Visualiza-se que este demonstrativo atende a uma gama grande de usuários, posto que possui cinco grupos de usuários que recebem especial evidenciação: pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capital de terceiros; remuneração de capitais próprios; e lucros retidos ou prejuízo do exercício.

Em relação aos valores de distribuição, os empregados, grandes usuários dessa demonstração, devem ficar atentos para o valor que consta no item 8.1 da DVA, pois este

abrange os salários dos trabalhadores, inclusive dos diretores, e também os valores do FGTS, 13º salário, férias e outros (SANTOS, 2007).

Dentro dos impostos, taxas e contribuições está presente também o valor pago ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela empresa.

A remuneração de capital de terceiros abrange os juros incorridos pela empresa no período em virtude de financiamentos e empréstimos, e os aluguéis, como exemplo as despesas de leasing (SANTOS, 2007).

A remuneração de capital próprio se refere, basicamente, aos juros sobre o capital próprio e os dividendos. Sobre os lucros retidos ou prejuízo do exercício, Santos (2007) aconselha separar este da remuneração do capital próprio, e os valores constantes nos lucros retidos ou prejuízo do exercício de ser “os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica”.

2.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/76

As demonstrações contábeis exigidas pela legislação atual são: Balanço Patrimonial; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado. Vale lembrar que as Notas Explicativas são elementos complementares aos demonstrativos contábeis para o esclarecimento de alguma situação.

Os mesmos demonstrativos antes exigidos sem a alteração da Lei n. 6.404/76 pela Lei n. 11.638/07, ainda são obrigados para as sociedades por ações. Ressalva-se que a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, agora não é mais exigida, tal demonstrativo foi substituído pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Este demonstrativo somente terá sua obrigatoriedade para as companhias de capital aberto e para as fechadas se o seu patrimônio líquido, quando do encerramento do balanço patrimonial, for superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Já a DVA terá sua obrigatoriedade apenas para todas as empresas de capital aberto. Apesar de grandes avanços no que concerne à transparência das empresas, verifica-se que as companhias fechadas, mesmo que tenham um grande patrimônio e muitos empregados não são obrigadas a divulgarem sua DVA. Além disto, nenhuma empresa é obrigada a elaborar e divulgar o Balanço Social.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No presente capítulo é feita a apresentação das revistas encontradas, conforme disposto na metodologia, durante o período de setembro e outubro de 2010. Principalmente é exposto o perfil dos artigos, analisados com os seguintes itens:

- (i) apresentação das revistas;
- (ii) identificação dos tipos de pesquisa;
- (iii) procedimentos metodológicos quanto à coleta de dados;
- (iv) tipos de pesquisa quanto à abordagem do problema;
- (v) relação dos setores das empresas que foram pesquisadas;
- (vi) número de autores por artigos;
- (vii) quantidade de publicações por autor;
- (viii) hierarquia do conhecimento dos autores;
- (ix) posto dos autores no que concerne ao grau de pesquisador;
- (x) período das pesquisas e das suas publicações;
- (xi) autores mais referenciados; e
- (xii) principais resultados encontrados no conteúdo dos artigos.

3.1 APRESENTAÇÃO DAS REVISTAS

Para atingir os objetivos desta pesquisa foram analisadas 8 (oito) revistas:

- ABCustos, editada pela Associação Brasileira de Custos (B5 – Qualis CAPES);
- Revista Contabilidade e Finanças, publicada pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP (B1 – Qualis CAPES);
- ConTexto, é uma revista de publicação eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (C – Qualis CAPES);

- Revista Contemporânea de Contabilidade, do Curso de Ciências Contábeis e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (B3 – Qualis CAPES);
- Revista Universo Contábil, é uma revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (PPGCC/FURB) (B3 – Qualis CAPES);
- Contabilidade Vista e Revista, é um periódico do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) (B3 – Qualis CAPES);
- Enfoque: Reflexão Contábil, publicada pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM) (B5 – Qualis CAPES);
e
- Revista de Informação Contábil, constitui-se num periódico do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFPE (B4 – Qualis CAPES).

De todas as revistas foram utilizados 14 (quatorze) artigos. O Quadro 2 evidencia cada artigo com a respectiva revista que o publicou.

Revista	Título do Artigo
ABCustos	1. A Demonstração do Valor Adicionado como fonte de informações gerenciais: um estudo em uma cooperativa de crédito.
Revista Contabilidade e Finanças	2. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza.
	3. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado.
	4. Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007).
ConTexto	5. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria.
Revista Contemporânea de Contabilidade	6. Uma análise comparativa entre a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração de fluxo de caixa e a Demonstração do Valor Adicionado.
Revista Universo Contábil	7. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da Demonstração do Valor Adicionado.
Contabilidade Vista e Revista	8. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996/2000.
	9. Análise financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro.
	10. Demonstração do Valor Adicionado – a avaliação do desempenho econômico das empresas pela contabilidade social.
	11. Demonstração do Valor Adicionado Interno: um instrumento contábil para análise econômica das empresas multinacionais.
Enfoque: Reflexão Contábil	12. Demonstração de Valor Adicionado: aplicação em uma instituição do terceiro setor de Minas Gerais.
Revista de Informação Contábil	13. A Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de análise do impacto tributário para as empresas do setor elétrico.
	14. A utilização da Demonstração do Valor Adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os <i>stakeholders</i> : um estudo de caso da Petrobrás.

Quadro 2 Artigos e Revistas utilizadas na pesquisa.

Fonte: Elaborada pelo autor.

No Gráfico 1, é demonstrada a participação de cada revista na quantidade total de artigos encontrados e utilizados, conforme especificado no capítulo da introdução, neste trabalho.

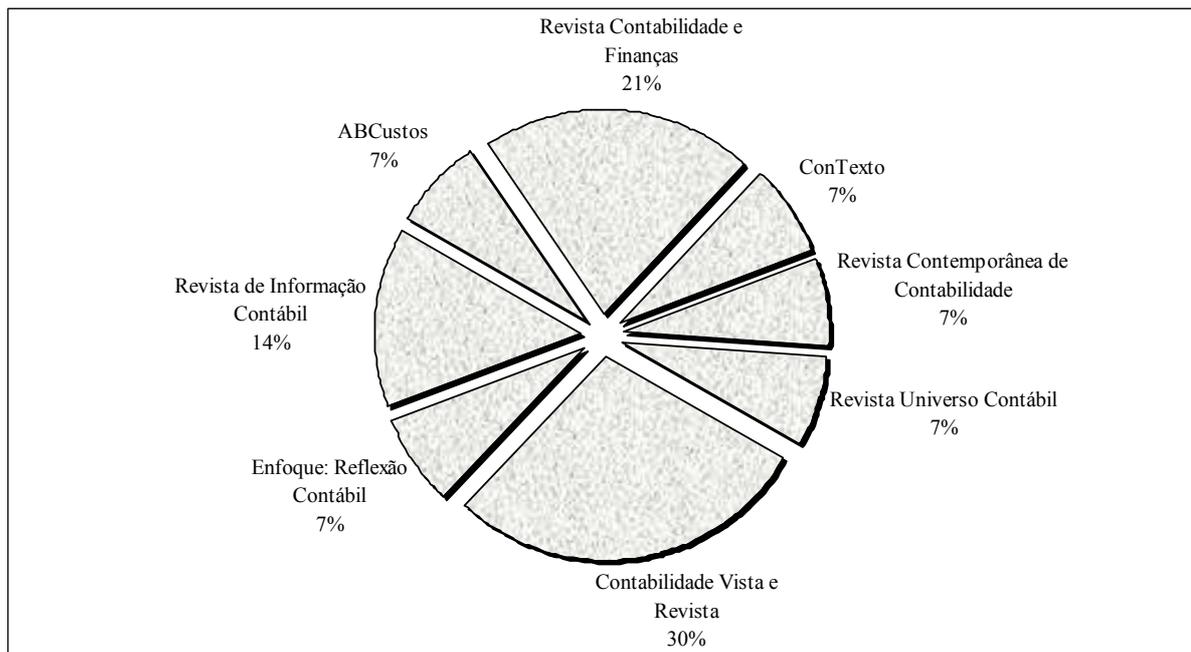


Gráfico 1 Participação das revistas na quantidade de artigos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O periódico com maior participação é a Contabilidade Vista e Revista com 30% do total, e a Revista Contabilidade e Finanças com 21%, somente essas duas revistas já representam mais da metade das publicações com foco na DVA. Como uma revista tem origem em Minas Gerais e a outra em São Paulo, as revistas da região sudeste do Brasil são as que mais vêm publicando a DVA. Das 8 (oito) revistas aqui analisadas, 5 (cinco) possuem apenas uma publicação que trata especificamente da DVA, mostrando, desta forma, que além de serem poucas as revistas contábeis que abordam a DVA, a grande parte delas também possuem poucos artigos científicos referente a DVA.

3.2 IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE PESQUISA

Para proceder à identificação dos artigos quanto ao tipo de pesquisa, serão divididas as pesquisas em teóricas e práticas. De acordo com Demo (1985, p.23) a pesquisa teórica “é aquela que monta e desvenda quadros teóricos de referência”. Quadros teóricos de referência são conhecimentos da bibliografia pré-existente, como os livros e os periódicos, além do conhecimento acumulado de certa disciplina por parte do pesquisador. No entanto, a pesquisa prática para Demo (1985, p.26) “é aquela que se faz através do teste prático de possíveis

idéias ou posições teóricas. Certamente é uma função da prática testar se a teoria é fantasia, especulação ou se é real”, o mesmo autor (1985, p.26) ainda diz que “prática é sobretudo a tomada de posição explícita, de conteúdo político, diante da realidade”. Murcia et al. (2010) consideram um estudo prático aquele que realiza uma pesquisa empírica com o objetivo de compreender algum fenômeno.

O Gráfico 2 mostra a quantidade de artigos identificados como teóricos ou práticos.

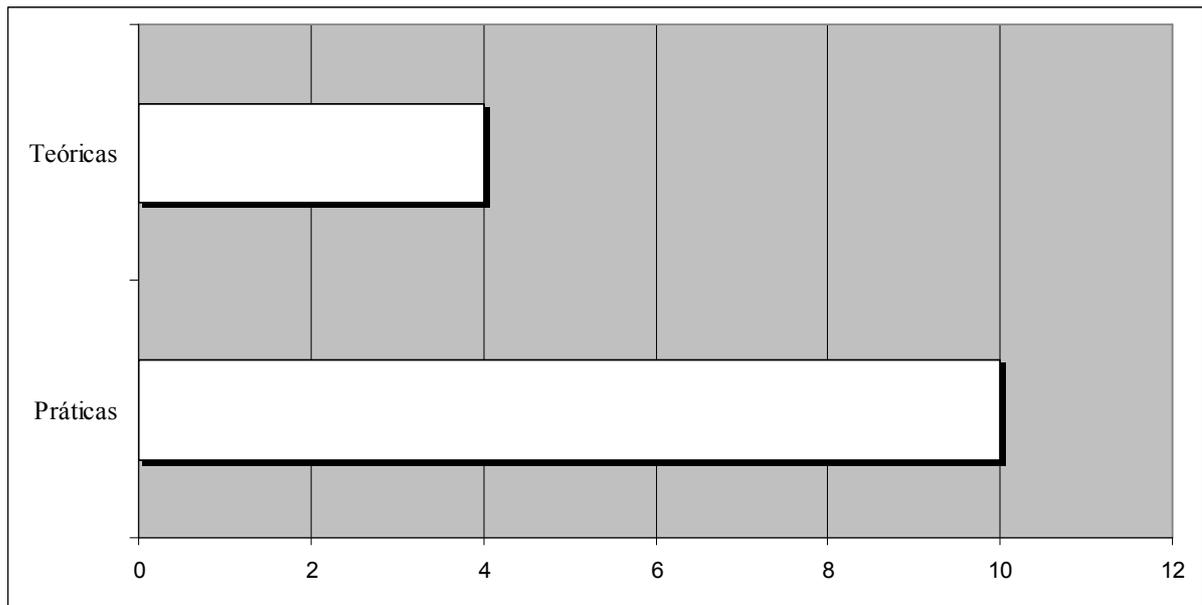


Gráfico 2 Quantidade de pesquisa teórica e prática encontradas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Setenta e um por cento das pesquisas são práticas, ou seja, fazem testes empíricos para verificar se a teoria é válida. Estas pesquisas práticas focaram, basicamente, na análise da distribuição de valores da DVA de uma empresa ou realizaram comparações entre a DVA de diversas empresas, inclusive com setores diferentes. Somente 4 (quatro) artigos foram teóricos. Estes discutiram, basicamente, a forma de elaboração da DVA, a sua importância para o ambiente onde a empresa está inserida e de alguns conceitos referentes aos itens que compõem a distribuição da riqueza gerada, além de mencionarem a importância de regulação, por legislação, deste demonstrativo, visando a auditoria destes dados.

As pesquisas teóricas analisaram ainda a importância da mensuração do Produto Interno Bruto por este demonstrativo, alegando que o conceito contábil é superior ao econômico, já que não trabalha com estimativas, e também que a DVA é um importante instrumento na tomada de decisão por parte dos países que receberão as empresas multinacionais em seus territórios, como demonstra Dolabella (1993, p.32) já que “um dos

objetivos macroeconômicos desejados pelos países é o aumento da riqueza interna”, portanto, se uma empresa não costuma gerar valor, onde está instalada, o país que receberia a organização pode não aceitar a sua instalação, em seu território, utilizando-se da DVA.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUANTO À COLETA DE DADOS

Agora para providenciar a evidenciação dos artigos no que concerne à tipologia de pesquisa quanto aos procedimentos metodológicos foi empregado os conceitos dado por Beuren (2008). O Quadro 3 apresenta cada tipologia de pesquisa e o seu respectivo conceito.

Tipologia de pesquisa quanto aos procedimentos metodológicos	Conceito
Estudo de caso e multicaseos	O estudo fica focado em apenas um caso, a fim de aprofundar a pesquisa num objeto de estudo. O multicaseo fica caracterizado pela presença de dois ou mais elementos sendo pesquisados, por exemplo: duas organizações.
Levantamento ou Survey	Os dados são retirados de uma população ou amostra que se deseja conhecer.
Pesquisa bibliográfica	Para responder a uma pergunta os dados são retirados de material já publicado, como livros e revistas.
Pesquisa experimental	Uma variável é manipulada, enquanto as outras são controladas, por meio de um grupo de controle, a fim de verificar diferenças.
Pesquisa documental	Utiliza-se de material que ainda não foi profundamente estudado, ou seja, de dados brutos, como relatórios de empresas e tabelas estatísticas.
Pesquisa participante	Existe uma forte interação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa

Quadro 3 Tipos de Pesquisa Quanto aos Procedimentos Metodológicos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Beuren (2008).

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotados pelos artigos analisados nesta pesquisa, eles serão enquadrados em: estudo de caso e multicaseo, levantamento ou survey, bibliográfico, documental, participante e experimental.

A pesquisa bibliográfica foi a mais utilizada pelos autores, possuindo 6 (seis) artigos que se valeram deste tipo de pesquisa na coleta de dados. O fato que muito contribui para que este tipo de pesquisa possuísse o maior número de incidências foi o de que todos os 4 (quatro) artigos teóricos se valeram desta tipologia. O interessante é que duas pesquisas de caráter empírico, isto é, que tem uma aplicação prática, possuem como método o bibliográfico, no

entanto elas obtiveram esta metodologia de pesquisa, porque se valeram de pesquisa com fontes secundárias, o que caracteriza uma pesquisa bibliográfica (BEUREN, 2008).

Em contrapartida, pesquisa de levantamento de dados ou survey e participante não foram encontradas nos artigos analisados. Talvez estes tipos de pesquisa não se fizeram presentes pela dificuldade em as realizar, no caso da pesquisa participante a dificuldade surge em ter um pesquisador que atue dos dois lados, ou seja, como pesquisador e como parte do objeto em estudo, e no caso da pesquisa de levantamento muitas vezes os custos para realizar tal pesquisa são elevados.

A **Tabela 1** evidencia a quantidade incidente de cada procedimento metodológico.

Tabela 1 Tipologias de pesquisa quanto aos procedimentos.

Procedimento Metodológico	Incidências
Estudo de Caso e Multicaso	2
Levantamento ou Survey	0
Bibliográfico	6
Documental	5
Participante	0
Experimental	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apenas uma pesquisa experimental foi encontrada. Ela realizou um experimento na DVA de 16 (dezesesseis) empresas que passaram pelo processo de privatização, desta forma, foi analisada a DVA destas empresas antes e depois da privatização, e também foi utilizado um grupo de controle com as empresas que continuaram estatais. Este grupo de controle é criado para que as outras variáveis não interfiram na análise e fique isolada, ao máximo, apenas o efeito da variável que se está manipulando.

A pesquisa documental se fez bastante constante. Vale lembrar a similaridade dela com a pesquisa bibliográfica, no entanto aquela trata de dados brutos, ou seja, que ainda não receberam um estudo profundo, Beuren (2008). Como a DVA de cada empresa é um dado que ainda não recebeu tal estudo, sendo retirada de banco de dados, revistas ou jornais especializados em que as empresas divulgam seus demonstrativos financeiros, e não é retirada de livros ou da opinião de algum autor, neste trabalho sua incidência foi relevante.

3.4 TIPOS DE PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Os tipos de pesquisa quanto à abordagem do problema foram tratados como qualitativos e quantitativos, conforme exposto na metodologia do presente trabalho monográfico. O Gráfico 3 exibe em forma percentual a quantidade de pesquisas qualitativas e quantitativas.

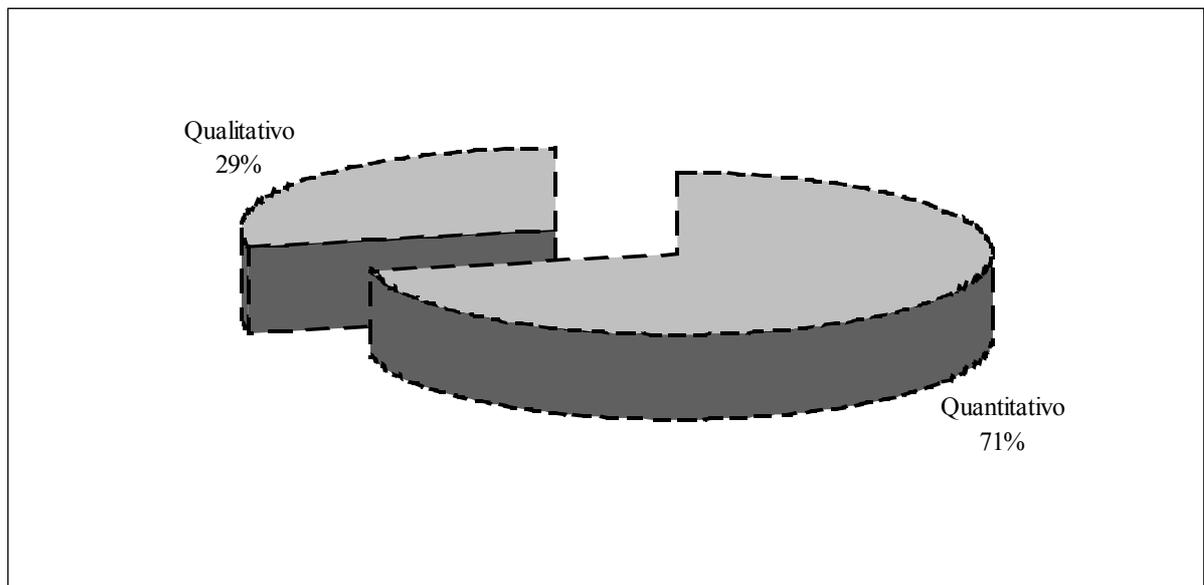


Gráfico 3 Quantidade de trabalhos qualitativos e quantitativos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os cálculos matemáticos e estatísticos são uma boa forma de demonstrar os resultados das pesquisas e responder aos problemas das pesquisas. Com 71% os trabalhos quantitativos se fizeram maioria perante aos qualitativos. Basicamente, os trabalhos quantitativos se utilizaram da estatística, mais especificamente, da percentagem do total do valor distribuído a um dos grupos que recebem valor adicionado em relação ao total de valor adicionado do período. Vale ressaltar que os qualitativos foram somados em 4 (quatro), o mesmo número de trabalhos teóricos. Os teóricos são da mesma quantidade que os qualitativos porque aqueles não precisaram recorrer a cálculos para responderem a problemática de sua pesquisa.

3.5 RELAÇÃO DOS SETORES DAS EMPRESAS QUE FORAM PESQUISADAS

Para auxiliar na identificação do perfil das publicações que fazem parte desta pesquisa, buscou-se, neste item, elaborar uma relação com os setores das empresas que tiveram seus valores adicionados estudados pelos artigos. O Gráfico 4 evidencia os setores encontrados.

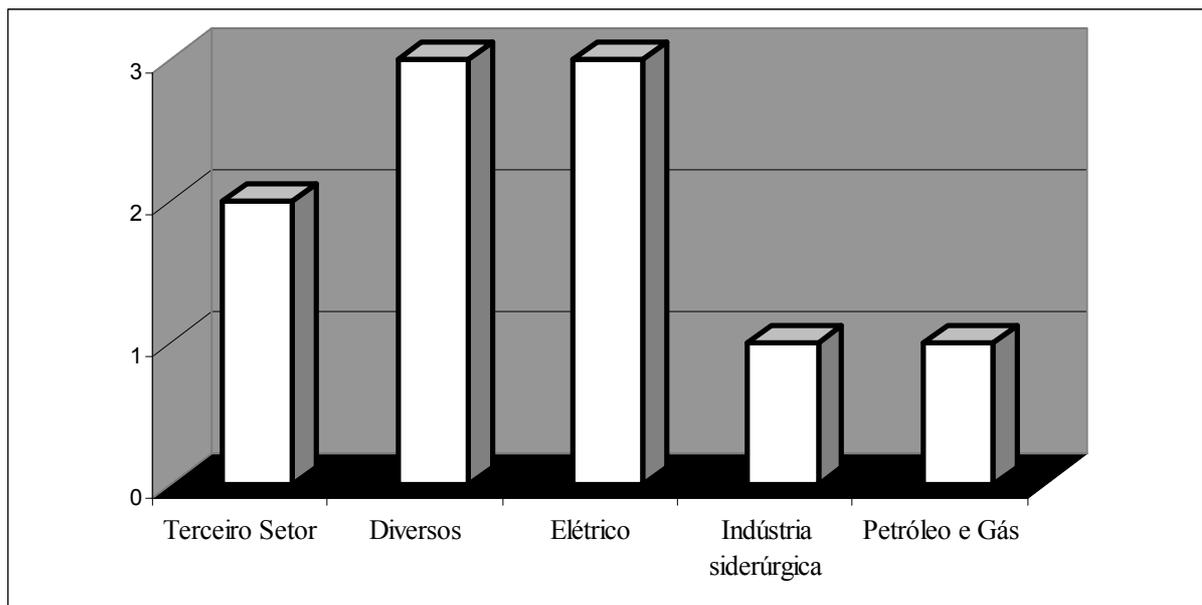


Gráfico 4 Quantidade de setores das empresas pesquisadas nos artigos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes de prosseguir aos comentários deste gráfico, cabe elucidar que 3 (três) artigos trataram de DVA de empresas de setores diversos, destes, 2 (dois) estudaram a DVA comparando os valores distribuídos entre os setores de Comércio, Indústria e Serviço, e 1 (um) zelou por analisar a distribuição do valor adicionado de empresas de quaisquer setores, desde que haviam passado pelo processo de privatização. Desta forma, os artigos com foco em algum setor que analisaram a DVA foram apenas 7 (sete). Há uma grande concentração de pesquisa no setor elétrico. Esta concentração de pesquisas sobre a distribuição de riqueza pelo setor elétrico se justifica pela obrigatoriedade das empresas elétricas de divulgarem a DVA imposta pela ANEEL desde 2001, facilitando a busca, dos pesquisadores, sobre os dados deste demonstrativo. Como a Lei 11.638/07 obrigou todas empresas de capital aberto, independente do seu setor, de publicarem suas DVA's, projeta-se aumento nas pesquisas referentes aos outros setores da economia até aqui marginalizados.

3.6 NÚMERO DE AUTORES POR ARTIGO

O número de autores que trabalharam juntos num mesmo artigo se mostrou bastante elevado, chega-se a esta conclusão em vista de apenas três trabalhos terem apenas um único autor, e destes três, dois foram elaborados pelo mesmo autor: Maurício Melo Dolabella. Portanto apenas 2 (dois) autores trabalharam sozinhos. Em contrapartida, não foi encontrado artigo que possuísse mais do que 5 (cinco) pessoas pesquisando, e existiu apenas um artigo com 5 (cinco) pesquisadores. A **Tabela 2** evidencia a incidência de artigos e o seu respectivo número de autores.

Tabela 2 Quantidade de parceiros por artigo.

Quantidade de autor por artigo	Incidências
1 (um)	3
2 (dois)	2
3 (três)	3
4 (quatro)	5
5 (cinco)	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Trabalhos com 4 (quatro) autores foram os que predominaram. Por se tratar de um demonstrativo novo com obrigação de divulgação, já que integra as medidas de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, pesquisas com mais de um autor foram bastante utilizadas, esta participação de vários autores é importante para que a experiência de cada um possa ser compartilhada com os demais. Com uma quantidade maior de autores também fica facilitada a coleta de dados, principalmente para os dados da DVA que antes da obrigação por lei, da divulgação de seus dados, era muito mais difícil para os pesquisadores obterem tais informações, tanto é, que o setor elétrico foi o que mais teve pesquisas, por causa da sua obrigatoriedade, conforme já explicado.

3.7 QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES POR AUTOR

Na busca pela identificação do perfil dos artigos publicados, que tratam de DVA como foco de pesquisa, foi verificado, neste item, pouca concentração de artigos por autor e uma grande diversidade de autores. Foi elaborada a Tabela 3 para evidenciar a concentração de artigos por autor, isto é, quantas vezes o autor aparece nos artigos pesquisados.

Tabela 3 Quantidade de artigos por autor.

Autor	Quantidade	Autor	Quantidade
Ana Paula Ferreira da Silva	1	José Paulo Cosenza	2
Arioaldo dos Santos	2	José R. Maia de Siqueira	1
Betty Lílian Chan	1	Laura Sabbado da Rosa	1
Camila Boscov	1	Lauro Brito de Almeida	1
Clébia Ciupak	1	Liliane Silva de Almeida	1
Dilo Sérgio de Carvalho Vianna	1	Luiz Carlos Miranda	1
Disley Pereira dos Santos	1	Maisa de Souza Ribeiro	1
Érica Xavier de Souza	1	Marcos Rogério Rodrigues	1
Esmael Almeida Machado	2	Marlon José Ferreira Soares	1
Fabiana Lopes da Silva	1	Maurício Melo Dolabella	2
Fernando Jimenez	1	Nerilaine S. de Almeida	1
Guilherme Júlio da Silva	1	Paulo Antônio Deodoro	1
Helton Cristian de Paula	1	Rafael Borges Morch	2
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha	1	Romualdo Douglas Colauto	1
Jair Antônio Fagundes	1	Ruthberg dos Santos	1
Jorge de Souza Bispo	1	Vanessa M. Nascimento	1
José A. V. da C. Marques	1	Vidigal Fernandes Martins	1
Jose Luis Gallizo	1	Walter de Jesus O. Ramos	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destacam-se com duas publicações os autores: Arioaldo dos Santos, Esmael Almeida Machado, José Paulo Cosenza, Maurício Melo Dolabella e Rafael Borges Morch. É importante destacar que as duas publicações do autor Maurício Melo Dolabella são referentes à pesquisas teóricas, como neste trabalho constaram apenas 4 (quatro) artigos teóricos, tal autor é responsável pela metade das pesquisas teóricas. Outro dado interessante diz respeito aos autores Rafael Borges Morch e Esmael Almeida Machado, as duas publicações destes autores trataram com especial atenção o setor elétrico, e também publicaram as duas publicações em conjunto.

3.8 HIERARQUIA DO CONHECIMENTO DOS AUTORES

Para identificar a hierarquia do conhecimento dos autores, estes foram separados em: alunos e professores. Segundo Ferreira (2004), professor é aquele que ensina alguma disciplina e aluno é “aquele que tem escassos conhecimentos em certa matéria”.

Neste trabalho, foi tratado como aluno os que estavam cursando alguma graduação, mestrado ou doutorado. Entretanto, os que continham a qualidade de professor, mesmo quando cursando mestrado ou doutorado, foi tratado como professor.

Para identificar o perfil dos artigos que esta pesquisa se propõe a identificar, é importante fazer a distinção entre dois tipos de pesquisadores: alunos e professores. Os artigos publicados possuem uma quantidade de autores professores superior ao de alunos. O **Gráfico 5** demonstra a quantidade de alunos e professores identificados nos artigos.

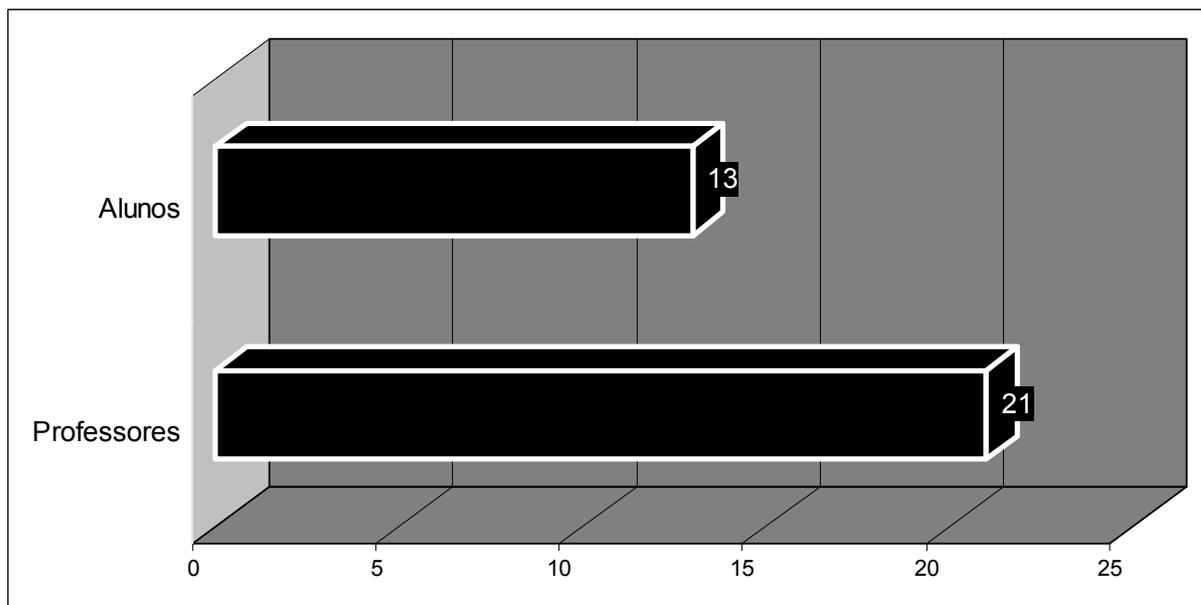


Gráfico 5 Número de professores e alunos constante nas publicações.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram encontrados um total de 21 (vinte e um) professores contra um total de apenas 13 (treze) alunos que publicaram artigos. Todos os artigos pesquisados possuíram pelo menos um professor atuando em conjunto com os alunos, ou seja, todos os alunos que publicaram algum artigo tiveram o apoio de alguma pessoa que possuía conhecimentos acerca do tema ou da forma estrutural que os artigos deveriam ser elaborados.

3.9 POSTO DOS AUTORES NO QUE CONCERNE AO GRAU DE PESQUISADOR

Este item visa identificar quais os títulos universitários dos autores, para tanto foi utilizado os títulos que constavam nos próprios artigos, assim sendo foram considerados apenas os títulos dos autores que os divulgaram. Tais títulos foram desdobrados em: Graduação, Pós-Graduação (em nível de especialização), Mestrado, Doutorado e Livre-docência. Para efeitos de classificação nos diversos títulos foi considerado aquele que já havia o concluído e também aqueles que ainda estavam os cursando. Por exemplo, se algum autor estava desenvolvendo sua tese de doutorado quando da publicação do artigo, ele foi considerado com o título de doutor.

É evidenciado a participação dos títulos no **Gráfico 6**.

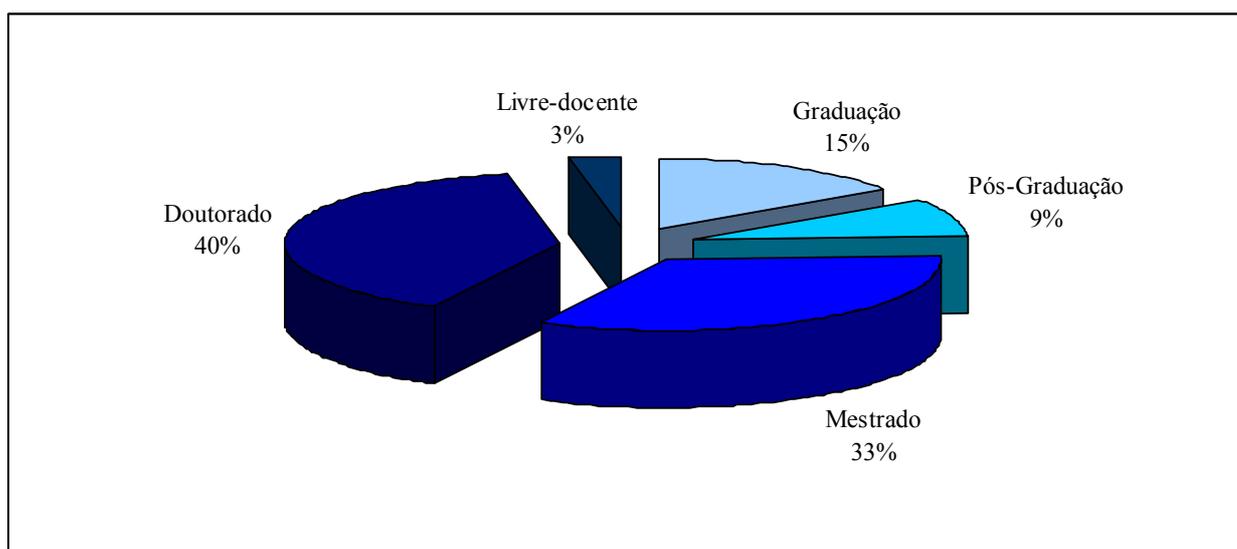


Gráfico 6 Nível de pesquisador dos autores quando da publicação dos artigos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste estudo 40% dos autores foram classificados como doutores e apenas 15% com o título de graduado, esta informação vem corroborar o item 3.8, onde o número de professores é superior ao número de alunos. Tem grande destaque também a quantidade de autores com mestrado ou o cursando, somando-se estes e os classificados nesta pesquisa com doutorado é obtida uma participação de 73% por parte destes pesquisadores. Nota-se um elevado grau de pesquisador por parte destes artigos que têm como foco estudar a DVA, talvez este valor seja alto em virtude deste demonstrativo ter se tornado obrigatório somente em 2008 para as

empresas de capital aberto, por este motivo, muitos, talvez, não tinham nem o conhecimento da existência de tal demonstrativo, tornando, de certa forma, exclusivo o conhecimento da DVA por aqueles que estavam mais envolvidos com as pesquisas na área contábil.

3.10 PERÍODO DAS PESQUISAS E DAS SUAS PUBLICAÇÕES

Das pesquisas teóricas duas foram realizadas em 1992 e 1993, e as outras duas em 2003 e 2005. Muito importantes foram estas publicações para a conceituação dos vários elementos que temos hoje na DVA, tendo em vista que as primeiras, publicadas em 1992 e 1993, já tratavam dos conceitos, principalmente, dos elementos que fazem parte da distribuição do valor adicionado, como por exemplo: governo e empregados.

Apesar de já ser obrigatória a publicação da DVA pelas empresas de capital aberto, e delas estarem divulgando estas informações, não foi encontrado nenhum artigo que trata da DVA após a sua obrigatoriedade. Todos as informações da DVA abrangeram os de períodos referentes, somente, até 2007. Os artigos que abrangem 2 (dois) e 10 (dez) anos foram os mais realizados, foram constatados 3 (três) artigos para cada grupo de período, dois e dez anos.

No **Gráfico 7** é exibido a quantidade de artigos publicados por cada ano.

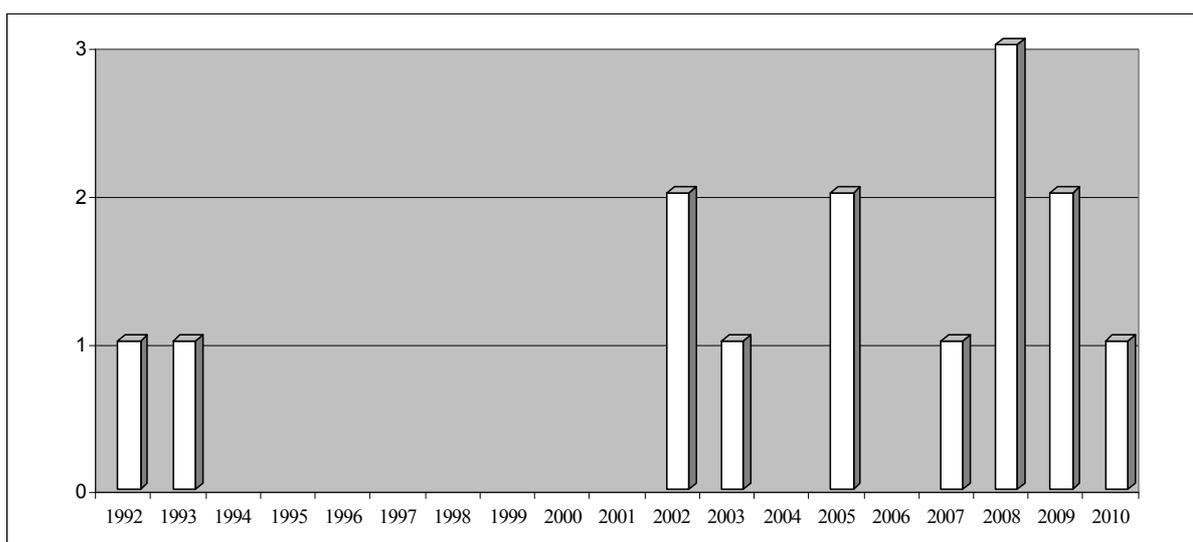


Gráfico 7 Quantidade de artigos publicados por ano.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em 2008 houve o maior número de publicações com foco na DVA, cabe lembrar a Lei 11.638 foi publicada em 2007. No entanto, em 2009 a publicação de artigos em periódicos ficou reduzida, e em 2010, até outubro, apenas uma publicação foi encontrada nas revistas abrangidas por este trabalho. Aqui é importante lembrar as publicações teóricas de Maurício Melo Dolabella, após a publicação dos artigos deste autor é verificado um vácuo nas publicações referentes a DVA até o ano de 2002, mas, mesmo após 2002 é verificado outros períodos anuais em que não foram publicados artigos sobre a DVA, como por exemplo em 2004 e 2006.

3.11 AUTORES MAIS REFERENCIADOS

Agora será tratado das referências utilizadas pelos autores dos artigos. Este item se faz importante para saber quais os autores que estão se destacando quando o assunto abordado pela pesquisa tem como um dos focos principais a DVA. A bibliografia referente a DVA é relativamente nova, em vista de que artigos tratando com objetivo este demonstrativo surgiu apenas em 1992, de acordo com o encontrado neste trabalho monográfico. Tendo as publicações sobre a DVA relativamente novas a diversidade de autores poderia ser grande, no entanto, verifica-se que alguns autores já se destacam como referências a cerca deste demonstrativo contábil de cunho social.

Tabela 4 Autores mais referenciados nos artigos.

Autor	Incidências
Ariovaldo dos Santos	10
Márcia M. M. de Luca	10
João E. P. Tinoco	8
Sérgio de Iudícibus	7
Ahmed Belkaoui	6
Eliseu Martins	6
José Paulo Cosenza	6
Ernesto R. Gelbcke	4
Jacqueline V. A. da Cunha	4
Rahman M. Zubaidur	4
Betty Lillian Chan	3
César E. S. Kroetz	3
Craig Deegan	3
Gilberto de A. Martins	3
José L. Gallizo Larraz	3
Maisa de Souza Ribeiro	3
Ricardo Yoshioca	3
Maurício M. Dolabella	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

O autor Maurício Melo Dolabella, que possui 2 (dois) artigos abrangidos por esta pesquisa, uma publicada em 1992 e a outra em 1993, foi referenciado apenas por outros dois artigos, no entanto, José Paulo Cosenza, outro autor que também possui artigo analisado por este trabalho, foi citado nas referências de 6 (seis) artigos.

Ariovaldo dos Santos e Márcia Maria Mendes de Luca são os autores mais referidos, todos os dois autores possuem livros publicados que tratam da DVA, e o primeiro autor possui título de livre-docente. Apesar da predominância brasileira entre os autores citados nas referências, os estrangeiros também tiveram boa participação, o autor Ahmed Belkaoui, por exemplo, foi citado em 6 (seis) artigos, Rahman Zubaidur foi referenciado em 4 (quatro) artigos, e Craig Deegan foi mencionado em 3 (três) artigos, basicamente cada um deles atua na área ambiental, valor adicionado das multinacionais, e evidenciação voluntária, respectivamente.

3.12 PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS NO CONTEÚDO DOS ARTIGOS

Vários são os resultados encontrados nos artigos, portanto, neste item foi tratado dos mais recorrentes nos artigos, como por exemplo: a padronização e a obrigatoriedade da DVA; a participação dos fatores de produção no valor adicionado; a análise da distribuição da riqueza por regiões; e a importância da DVA e da DRE.

Alguns autores defendem a padronização, para todos os tipos de atividades econômicas, da DVA, a fim de que o PIB possa ser calculado por este demonstrativo, Cosenza (2003). O mesmo autor afirma que as empresas, espontaneamente, estão tendo interesse em publicar informações que não contenham apenas como objetivo o lucro, no entanto, as mesmas, sentem grande dificuldade na elaboração da DVA, principalmente na classificação de algumas contas.

Sobre a participação no valor adicionado, o trabalho de Miranda et al (2002) constatou que das 70 (setenta) empresas do setor elétrico, na época, apenas 15 (quinze) publicaram a DVA, um número consideravelmente baixo. Nesta época a divulgação da DVA não era obrigatória para o setor elétrico. Este artigo também verificou que a DVA das empresas do setor elétrico não estão seguindo algum modelo padronizado para a publicação dos demonstrativos, o que dificulta a comparação dos mesmos entre as empresas.

Nos artigos foi verificado que a maior parte da riqueza gerada é distribuída ao governo, uma demonstração disto é encontrada no artigo de Cunha, Ribeiro e Santos (2005) em que os autores analisam 416 empresas dos setores da indústria, comércio e serviços, no período de 1999 a 2003, eles evidenciaram que o governo foi o que mais recebeu valor adicionado nos anos de 2000 a 2003.

Almeida et al (2009) analisaram a DVA da Petrobrás no período de 1998 a 2007, dentre as constatações os acionistas foram os que menos receberam valor adicionado, participando da riqueza gerada em apenas 5,76% e o governo em 59,39%. A participação do governo está relacionada aos impostos, vale lembrar que o governo também participa na distribuição de riqueza aos acionistas, já que ele é um deles, portanto, o governo recebeu mais do que os 59,39% do valor adicionado total gerado pela Petrobrás.

No artigo de Machado et al (2009) foi constatado que as empresas, do setor elétrico, estatais distribuem mais riqueza do que as privatizadas, essa diferença se deve ao maior número de funcionários daquelas. O trabalho de Santos, Chan e Silva (2007) analisou o efeito da privatização na distribuição do valor adicionado de empresas de alguns setores, como

elétrico, mineração e telecomunicações, apesar de abranger outros setores que não apenas o elétrico, esta pesquisa também verificou que as empresas privatizadas reduziram mais a distribuição de valor aos funcionários do que as empresas que permaneceram estatais, esta pesquisa também verificou que as empresas estatais, praticamente todas, depois de privatizadas melhoram seus respectivos desempenhos econômicos, o que comprova a eficácia na utilização de recursos pela iniciativa privada em relação a administração pública.

Machado et al (2009), analisaram as empresas do setor elétrico e constataram que as empresas privatizadas são mais eficientes em termos de resultados do que as empresas públicas. As públicas, deste setor analisado, abrem mão de uma melhor eficiência por empregado, no entanto possuem um maior número de empregados em relação às privatizadas.

A análise da distribuição de riqueza por regiões é uma limitação quando da análise da DVA, visto que as organizações divulgam seus demonstrativos somente no local de sua sede, e como salientam Cunha, Ribeiro e Santos (2005, p.21) “não se pode considerá-la como a geradora de toda a riqueza criada, visto que as empresas possuem unidades em outros Estados da Federação”. No entanto, o artigo de Miranda et al (2002) conseguiu classificar as empresas por região geográfica, tal fato foi possível porque foi analisado empresas do setor elétrico e cada empresa não possuía unidades em outros estados. De todas as regiões a sul foi a que mais gerou valor, 49% do total, apesar de que as regiões do sudeste e do nordeste foram as que mais tiveram empresas que publicaram a DVA, 6 e 4 empresas respectivamente, a região sul apenas 3.

Outro assunto bastante debatido nos artigos é a abrangência da DRE e da DVA. Esta é mais abrangente do que aquela, já que ela tem como objetivo não apenas evidenciar informações aos sócios, mas também aos funcionários, ao governo, a terceiros que emprestam recursos e ainda a parcela retida pela própria empresa. Nessa discussão Cosenza (2003, p.11) afirma que “A esse respeito, cabe destacar que a DVA não tem a finalidade de substituir a DRE”, o mesmo autor ainda afirma que as duas demonstrações devem coexistir, tendo em vista que uma complementa a outra. A DRE atende às necessidades de informações dos acionistas e sócios, e a DVA tem a possibilidade de fornecer informações a um número maior de usuários (DOLABELLA, 1992).

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A sociedade vem sofrendo grandes mudanças, e a contabilidade como ciência social não poderia ficar de fora. No início surgiu o Balanço Social, sendo obrigatório para as empresas com mais de 299 empregados, na França. Agora, com a Lei 11.638/07 surge a obrigatoriedade de publicação da Demonstração do Valor Adicionado, no Brasil, para as empresas de capital aberto.

Este trabalho teve como objetivo identificar o perfil dos artigos que estudaram a Demonstração do Valor Adicionado, sendo, para tanto, utilizados periódicos encontrados no *site* da CAPES, por meio da busca pelos termos contabilidade e contábil, além das revistas ABCustos e ConTexto. Foram encontrados 22 artigos que estudaram a DVA, no entanto, apenas 14 estudaram a DVA como o foco de sua pesquisa.

O resultado da pesquisa evidencia que vários setores carecem de pesquisas com a utilização da DVA, principalmente o setor de serviços que lida com pessoas, na sua essência. No setor elétrico, apesar de ser o que mais possuiu número de pesquisas, foram constatados apenas 3 artigos, o setor de petróleo e gás e o setor da indústria siderúrgica, apenas 1 trabalho. Com o advento da Lei 11.638/07 a pesquisa, utilizando-se da DVA, para os outros setores da economia tende a aumentar, já que o acesso a estes dados será público e não será restrito a um banco de dados como o da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) que o mantém para a edição anual da revista Exame das Melhores e Maiores.

Em relação à metodologia utilizada nos artigos, os práticos foram maioria (dez) em relação aos teóricos (quatro). Os práticos utilizaram-se, principalmente, de pesquisa documental na coleta de dados, posto que analisaram dados que ainda não haviam recebido um tratamento especial, ou seja, ainda não haviam sido estudados, como por exemplo: demonstrações publicadas em jornais.

Dentre os autores 21 (vinte e um) eram professores e 13 (treze) eram alunos. Os autores possuíam títulos de elevado nível acadêmico, como: mestrado, doutorado e até livre-docência, ou estavam elaborando suas dissertações de mestrado ou teses de doutorado. Todos os trabalhos possuíram no mínimo um professor como autor.

Nas referências dos artigos foi constatado que os autores nacionais foram os mais citados, fica em aberto o espaço para as futuras pesquisas utilizarem mais a bibliografia internacional, os autores estrangeiros mais citados foram: Ahmed Belkaoui, Rahman M. Zubaidur e Craig Deegan, cada um com 6, 4, e 3 artigos que os citaram, respectivamente.

Há divergências entre alguns autores quando argumentam que as empresas desejam publicar a DVA de forma voluntária, já que foi constatado que algumas empresas gostariam de publicar a DVA, no entanto, no setor elétrico, no período em que não era obrigatória sua publicação apenas 15 empresas publicaram o demonstrativo de forma voluntária, enquanto existiam no mesmo setor 70 empresas capazes de publicarem.

A pesquisa utilizada no setor elétrico poderia ser replicada para outros setores, como o bancário, o de consumo e o imobiliário, já que a DVA tem caráter distributivo seria interessante que houvesse pesquisas evidenciando a distribuição da riqueza dos vários setores da economia.

Com o conhecimento do perfil da pesquisa em relação a DVA é possível direcionar, de maneira mais eficiente, esforços em futuros trabalhos que tenham por objetivo analisar a DVA.

Vários estudos podem ser elaborados com a utilização da DVA, este trabalho não contemplou artigos de publicação internacional e nem os periódicos com publicação exclusivamente impressa ou que necessitam de alguma assinatura para poder ter acesso aos artigos, portanto, futuros trabalhos podem se utilizar deste material para que a pesquisa acerca da DVA possa crescer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neirilaine Silva de et al. A utilização da demonstração do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders*: um estudo de caso da Petrobras. **Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, jan/mar. 2009. Disponível em <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/index>>. Acesso em 30/10/2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2008.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: lei nº 11638 de 28/12/2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.638/2007**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 10/05/2009.

_____. **Lei nº 6.404/1976**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em 04/12/2010.

BRESSIANI, Simone Luca. **Aspectos tributários referente a retenção para a seguridade social e de imposto sobre serviço de subempreitadas na área de construção civil**, 2000, f.42. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.138/08, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em 06/06/2010.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista contabilidade e finanças**, São Paulo, out. 2003. Disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/>>. Acesso em 28/09/2010.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza; SANTOS, Ariovaldo dos Santos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista contabilidade e finanças**, São Paulo, jan/abr. 2005. Disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/>>. Acesso em 28/09/2010.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo, Atlas: 1998.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DOLABELLA, Maurício Melo. Demonstração do valor adicionado – a avaliação do desempenho econômico das empresas pela contabilidade social. **Contabilidade vista e revista**, Belo Horizonte, fev. 1992. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidade_vistaerevista/index>. Acesso em 28/09/2010.

_____. Demonstração do valor adicionado interno: um instrumento contábil para análise econômica das empresas multinacionais. **Contabilidade vista e revista**, Belo Horizonte, fev. 1993. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/index>>. Acesso em 28/09/2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa: dicionário eletrônico**. 3. ed. rev. e atual. [Curitiba]: Positivo, 2004.

FOLLMANN, Dione Andréia; PAIVA, Kamille Simas Ebsen de; SOARES, Sandro Vieira. Distribuição do valor adicionado nas empresas do novo mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. XIII Semead: Seminários em Administração, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=615>. Acesso em 04/12/2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais sociedades. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Esmael Almeida et al. Destinação de riqueza aos empregados no Brasil: comparação entre empresas estatais e privadas do setor elétrico (2004-2007). **Revista contabilidade e finanças**, São Paulo, mai/ago. 2009. Disponível em <<http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/>>. Acesso em 28/09/2010.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRANDA, Luiz Carlos. Análise financeira da demonstração do valor adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro. **Contabilidade vista e revista**, Belo Horizonte, dez. 2002. Disponível em <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/index>>. Acesso em 28/09/2010.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos; SALOTTI, Bruno Meireles; NASCIMENTO, Artur. Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. **ConTexto**, Porto Alegre, 1º semestre de 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/index>>. Acesso em 15/10/2010.

REIS, Arnaldo; MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Considerações sobre as mudanças nas demonstrações financeiras – lei 11.638/07**. Disponível em <www.marion.pro.br>. Acesso em 30/10/2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. Fundamentos do neopatrimonialismo. In: HERCKERT, Werno; PIMENTA, Lígia; NEPOMUCENO, Valério; KROETZ, César Eduardo Stevens (org.). **A contabilidade: sob o enfoque neopatrimonialista**. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 13-37.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da. Análise dos impactos da privatização na distribuição de riqueza a partir da demonstração do valor adicionado. **Revista universo contábil**, Blumenal, mai/ago. 2007. Disponível em <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil>>. Acesso em 28/09/2010.

SILVA, Fabio Soares. **Controladoria: um estudo bibliométrico nos periódicos nacionais conceito ‘A’ pela capes**, 2009, f.52. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

SOARES, Luis Carlos Pinto de Macedo. **Demonstração do valor adicionado**, 2000, f.52. Monografia do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, Ciro; MANSUR, Cláudia. **Balço social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/>>. Acesso em 08/10/2010.